



31 Após repasse das informações das ações da SDS nos primeiros meses, a palavra seguiu com o Sr.  
32 Mariano Cemano, Coordenador da CT de Uso do Solo, Floresta e Serviços Ambientais, que  
33 informou a respeito dos últimos trabalhos focados na construção da Lei de Serviços Ambientais:  
34 um debate no dia 19 de abril, logo após a VI reunião do Fórum e o lançamento da Minuta de Lei de  
35 Serviços Ambientais.

36 A reunião realizada no dia 19 de abril teve como objetivo discutir, juntamente com o Departamento  
37 de Florestas e Serviços Ambientais do CECLIMA, a metodologia das consultas públicas a fim de  
38 esclarecer dúvidas sobre a Minuta da Lei de Serviços Ambientais. Os encaminhamentos da reunião  
39 foram: A CT se comprometeu em fazer uma submissão em conjunto, representando INPA, INCRA,  
40 IDESAM, FAS, IPÊ e FUNAI, além dessas instituições a FVA (não faz parte da CT) para a  
41 avaliação da consultoria do Ludovino Lopes. Além disso, o CT, na pessoa do Sr. Mariano Cenamo,  
42 contribuirá com algumas questões estruturais sobre a lei de serviços ambientais, tais como: os  
43 benefícios para as comunidades, o fato da lei não demonstrar qual será o seu valor para a  
44 comunidade, prefeitura e outros atores locais; a lei não detalhar os incentivos econômicos; deixar  
45 ainda em aberto quais serão as instituições e órgãos que iram ser criados por meio dela.

46 O Sr. Mariano propôs uma reunião de trabalho para se esclarecer alguns aspectos da minuta de lei.  
47 Os pontos de destaque foram: A criação de novos órgãos ou a regulamentação de órgãos existentes,  
48 por exemplo: não está claro quem será a Comissão e o Centro de Regulação. A CT apóia a  
49 realização das consultas públicas, no entanto apontou as limitações da SDS, pois ela está com  
50 dificuldades para a realização das consultas, limitando o número de municípios participantes e não  
51 abrangendo as principais regiões geográficas e calhas de rios do Amazonas. O Sr. Mariano  
52 ressaltou que o processo das consultas não seja limitado pela falta de recursos.

53 A CT pede, também, que o consultor Ludovino Lopes e/ou o Ceclima esclareçam no formato de  
54 organograma duas estruturais principais: a primeira de como se insere a lei no arcabouço legal  
55 existente no âmbito Estadual e Federal. Qual a competência da lei e aonde ela irá conseguir chegar?  
56 Como ela se encaixa na Lei de Florestas, na Lei de Política Estadual de Mudanças Climáticas e na  
57 Lei Nacional de Mudanças Climáticas. O outro organograma deve mostrar onde se encaixam os  
58 programas, os subprogramas e órgãos que são previstos na lei, como as Secretarias de Estado  
59 envolvidas iram trabalhar de acordo com a estrutura da lei?

60 Em outro ponto, o Sr. Mariano, informa alguma notícias recentes sobre temas relacionados com a  
61 minuta de Lei: A aprovação pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados do



62 Projeto de Lei 195/2011 proposto pela Dep. Rebecca Garcia. Em paralelo, o Senador Eduardo  
63 Braga propõe exatamente o mesmo PL, porém com o número de lei diferente 202/2011 para que as  
64 discussões no Senado não comecem do zero e que as 2 PL's venham a se convergir. Em termos  
65 estaduais, o Acre aprovou o seu Sistema Estadual de Serviços Ambientais e o Mato Grosso colocou  
66 para consulta pública a Minuta de Lei do seu Sistema Estadual de REDD+. Dentro desse contexto,  
67 está prevista a reunião da Força Tarefa dos Governadores em Floresta e Clima (GCF), nos dias 7 e  
68 8 de julho, onde será discutido o plano de trabalho para 2011, tendo como pauta: o fundo GCF;  
69 Banco de Dados com resultados dos Estados que compõem a Força Tarefa e estratégias de  
70 integração entre os Estados que estão propondo Sistemas Estaduais de REDD+.

71 Em seguida foi passada a palavra para o Coordenador da Câmara Temática de Energia, o Sr.  
72 Rubens Souza, que inicia sua apresentação falando que no 1º semestre não houve avanços com  
73 relação ao ano passado. Segundo o Sr. Rubem, os produtos continuaram independentemente das  
74 mudanças na concessionária de energia elétrica, sendo que um dos compromissos da CT era  
75 atualizar o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Setor Elétrico do Amazonas,  
76 apresentando ano passado o trabalho referente aos anos de 2002 a 2008, e que estão trabalhando  
77 no Inventário 2009 e 2010, com a meta de incluir os dados relacionados às Emissões da  
78 Hidroelétrica de Balbina, que não constam no Inventário de 2002 a 2008.

79 Outro trabalho relacionado pela CT é o estudo das Emissões Veiculares, que está sendo iniciado e  
80 tem previsão para ser finalizado até o fim do ano de 2011. O Inventário do Setor Elétrico requer  
81 outro estudo chamado de Balanço Energético. O Balanço Energético Estadual não existe, apenas o  
82 Nacional. De acordo com o Sr. Rubens, nem o Estado do Amazonas e nenhum outro Estado da  
83 região norte possuem um Balanço Energético Estadual, isto significa que não há informações  
84 básicas para a realização do Inventário completo do Setor Energético. Com uma definição da  
85 própria CT pela falta de disponibilidade de informação para a elaboração de um Balanço  
86 Energético, a CT passaria a fazer discussões para identificar as instituições parceiras que poderiam  
87 fornecer as informações e dados, para que seja construído o Balanço e assim, uma base de dados  
88 que seja acessível.

89 Sobre a proposta de mercado voluntário de carbono para projetos de fontes renováveis de energia, o  
90 Sr. Rubens afirma que ela ainda esta sendo preparada, com uma expectativa de que em Outubro ou  
91 Novembro já exista uma proposta para o projeto.



92 Após da apresentação do Sr. Rubens foi passada a palavra ao senhor Manzi, Coordenador da  
93 Câmara Temática de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, que não estava presente na  
94 reunião.

95 Dando continuidade a pauta da reunião inicia-se a discussão da Proposta da Minuta de Lei de  
96 Serviços Ambientais do Amazonas - PSA, feita pelo Sr. Rodrigo Freire, chefe de Departamento de  
97 Florestas e Serviços Ambientais do CECLIMA/SDS. Foram apresentadas as próximas ações  
98 previstas para estruturação da minuta de lei. Antes da leitura dos artigos há destaque em relação às  
99 consultas públicas nos municípios. O Sr. Teófilo do CREA trata da falta dos rios Purus e Solimões.  
100 Em reposta, o Sr. Rodrigo diz que a princípio as consultas públicas seriam realizadas em 9  
101 municípios dentre eles o município de Boca do Acre e Tefé, no entanto devido a limitações  
102 orçamentárias foram planejadas apenas em 7 municípios. No entanto Sr. Casara, garante que serão  
103 realizados nos 9 municípios propostos inicialmente.

104 A leitura dos artigos se inicia, em resumo e diversos comentários são feitos a respeito da Minuta,  
105 que são devidamente registrados pelo CECLIMA para análise. Em alguns casos, há discussão mais  
106 aprofundada de posições. O Sr. Mariano (IDESAM) diz que a estrutura da construção da lei pelo  
107 Comitê Técnico Científico e a CT de Floresta levantaram diversos fatores essenciais para a  
108 construção dos processos metodológicos para a regulamentação da Lei, apontou dúvidas em  
109 relações aos programas e se eles iram funcionar de fato. O Sr. Mariano propõe que sejam definidos  
110 prazos para a regulamentação dos programas. Em resposta, o Sr. Rodrigo diz que já tem  
111 conhecimento da demanda por outras instituições e que até o final da revisão da lei deve ser  
112 estabelecidos prazos. O Sr. Munir (FAEA), em relação ao programa de conservação e valorização  
113 da biodiversidade indaga se o setor agropecuário será beneficiado pela lei de serviços ambientais e  
114 se é neste programa que o setor terá seu benefício. Em resposta, o Sr. Rodrigo diz que não apenas  
115 este, mas sim que um conjunto de programas valorizará o produtor rural.

116 Por fim, a continuidade da leitura dos artigos é feita com o acompanhamento dos membros a partir  
117 do 32 até o 38, sendo destaque nos artigos 33 e 34 pelo ITEAM. Francisco sugere que ambos os  
118 artigos sejam retirados da minuta, pois faltam metas e prazos. Encerramento da leitura da minuta de  
119 lei de serviços ambientais.

120 O Sr. Marcelo da WWF propõe que seja feito um mapeamento abordando todos os setores que são  
121 previstos na Lei.



122 Dando continuidade a pauta da reunião, o Sr. Roberto consultor de Departamento de Florestas e  
123 Serviços Ambientais do Ceclima tratou das consultas públicas nos municípios. Inicialmente  
124 apresentando as datas para a realização das consultas e lembrando que 9 municípios iriam  
125 inicialmente participar das consultas, porém que este número foi reduzidos para 6: Apuí, Parintins,  
126 Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Carauari e Manaus. A possibilidade de acrescentar os  
127 municípios de Benjamin Constant e Tefé se faz com os recursos dos corredores ecológicos que  
128 apresentando dificuldades para acessa-lo e ainda, abranger as calhas do rio Purus (Boca do Acre ou  
129 Lábrea).

130 A consulta pública digital está disponível para acesse on line desde o dia 23 de março, e para as  
131 consultas realizadas nos municípios a metodologia será a seguinte. Em um dia será feita uma  
132 sensibilização sobre serviços ambientais e no dia seguinte ocorrerá a consulta. Para a sensibilização  
133 há uma previsão de mobilização de 50 pessoas, com ênfase em pequenos proprietários,  
134 extrativistas, indígenas e instituições municipais. Existe a possibilidade de se realizar consultas nos  
135 demais municípios, buscando vínculos com a UEA - curso de gestão ambiental e vídeo  
136 conferências por meio da SEDUC. O Sr. Francisco do ITEAM, diz que encaminhou vários  
137 documentos para o CECLIMA com pedidos de participação de vários movimentos sociais nas  
138 consultas públicas e pergunta se serão encaminhados convites para esses grupos de referencias  
139 como a GTA, CNS, FETAGRI e FAEA, entre outros.

140 O Sr. Mariano do IDESAM, pergunta como será feita o convite para participarem das consultas  
141 públicas; Rodrigo do Ceclima por fim mostra a proposta para a realização da agenda, para que até o  
142 final de agosto a SDS possa entrar com o processo junto com a PGE indicando a proposta da  
143 minuta de lei para que esta entre em tramites internos, para que seja aprovada até o fim do ano.  
144 Após a apresentação é aberta o espaço para a plenária: O Sr. Peixoto do SPF, diz que a lei institui  
145 políticas para o Estado com uma finalidade de setores e segmentos, que está muito detalhada e pede  
146 que o consultor reveja a lei de maneira pontual, mas com uma visão mais macro. O Sr. Mariano do  
147 IDESAM, diz que o processo de construção da lei durou 13 meses e não notou quais serão os  
148 resultados da referida lei, que ela parece em estágio prematuro, que não há outra visão além do  
149 advogado e que tudo está sendo deixado para a regulamentação. O Sr. Ricardo da FUNAI, diz que  
150 a minuta fala sobre o sistema de gestão de serviços ambientais no Estado do Amazonas, porém não  
151 constam quais são órgãos que fazem parte do sistema.



152 No Artigo 10, item 3 propõe que seja um decreto e no Artigo 3, que seja colocada a lei 6001 do  
153 Estatuto do Índio. O Sr. Teófilo do CREA questiona a respeito dos objetivos gerais da lei. Manter a  
154 floresta em pé, entretanto é difícil quando a BASA, AFEAM e Banco do Brasil financiam o  
155 desmatamento. O Sr. Francisco do ITEAM parabeniza a SDS pela participação no Fórum e pede  
156 para que o CECLIMA continue levando a discussão da Lei. O Sr. Stroski, presidente do IPAAM  
157 diz que os conceitos metodológicos da lei ainda não estão definidos, e propõe que o Artigo 17  
158 também fique disposto a regulamentação. E por fim, a palavra é passada ao Sr. Anderson  
159 Bittencourt, que informa seu desligamento da SDS e solicita a inclusão da SEMGRH no FAMC.  
160 Após votação, há aprovação de todos os membros presentes. O encerramento da VII Reunião do  
161 Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia é  
162 feito pelo Sr. Hamilton Casara. Após o final da reunião, foi elaborada esta Ata que será aprovada  
163 na próxima reunião, assinada por mim, \_\_\_\_\_, pelo representante da  
164 Presidência, \_\_\_\_\_, e demais membros representantes das instituições no  
165 Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais.

